



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE QUÍMICA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM QUÍMICA**

YURI JOSÉ DOS SANTOS NASCIMENTO

**PERFIL SOCIOECONÔMICO E PERSPECTIVA NO INGRESSO DO CURSO DE  
QUÍMICA DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE CAMPINA GRANDE - PB**

Campina Grande - PB  
2014

YURI JOSÉ DOS SANTOS NASCIMENTO

**PERFIL SOCIOECONÔMICO E PERSPECTIVA NO INGRESSO DO CURSO DE  
QUÍMICA DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE CAMPINA GRANDE - PB**

Trabalho Monográfico apresentado ao Departamento de Química da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção de grau de Licenciado em Química.

Orientadora: Profa. Dra. Helionalda Costa Silva

Campina Grande - PB  
2014

N244p Nascimento, Yuri José dos Santos.  
Perfil socioeconômico e perspectiva no ingresso do curso de  
Química de alunos da rede pública de Campina Grande - PB  
[manuscrito] / Yuri José dos Santos Nascimento. - 2014.  
49 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Química) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências e  
Tecnologia, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Helionalda Costa Silva,  
Departamento de Química".

1. Perfil socioeconômico. 2. Ensino superior. 3. Química. 4.  
Ensino de Química. I. Título.

21. ed. CDD 378.81

YURI JOSÉ DOS SANTOS NASCIMENTO

**PERFIL SOCIOECONÔMICO E PERSPECTIVA NO INGRESSO DO CURSO DE  
QUÍMICA DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE CAMPINA GRANDE - PB**

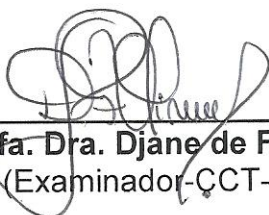
Aprovado em: 07 de fevereiro de 2014.

**BANCA EXAMINADORA**



---

**Profa. Dra. Helionalda Costa Silva**  
(Orientadora-CCT-DQ-UEPB)



---

**Profa. Dra. Djane de Fátima Oliveira**  
(Examinador-CCT-DQ-UEPB)



---

**Prof. Dr. Antonio Augusto Pereira de Souza**  
(Examinador-CCT-DQ-UEPB)

Ao meu Deus, aos meus pais e minha esposa e  
a todos que torcem por meu sucesso. Dedico.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar a minha gratidão a DEUS, que é o autor da minha existência, pela sua presença abençoadora em todas as horas da minha vida.

A professora e orientadora Helionalda Costa Silva, por não ter hesitado em aceitar me orientar, e pelo apoio na pesquisa, e aos demais mestres da instituição, pelos conhecimentos transmitidos.

Ao professor Juracy Regis de Lucena, por está sempre presente nos momentos em que precisei de sua contribuição como professor e como coordenador do curso de Licenciatura em Química e atual Diretor do CCT.

Aos Professores da banca examinadora (Djane de Fátima Oliveira e Antonio Augusto Pereira de Souza), que vem trazendo suas contribuições para enriquecer o trabalho.

Aos funcionários da UEPB, nas pessoas de Jorge e David, pelo apoio e os demais se sintam agradecidos.

A minha Mãe, grande e sempre presente na minha vida, que não mede esforços em me ajudar sempre que precisei, e aconselhar sempre que a busquei, obrigado por tudo.

A Ellen, minha companheira durante todo o curso. Com você dividi todas as minhas aflições e vitórias, recebi um apoio incondicional, no sentido literal da palavra. Obrigado por sempre se fazer presente e por todas as vezes que tropecei e cai, por ter me levantado, repreendido e elogiado no momento certo. Sua função no curso e em minha vida foi e é essencial.

A Alan Ricardo, Lenilson Souza, Tony Carlos por serem verdadeiros amigos, por me incentivarem, sinto que vocês torcem por meu sucesso.

A Raquel, Luciene, Ana Carolina e Thayana, pela experiência que é viver ao lado de pessoas diferentes de mim. Com certeza valeu a pena.

Obrigado a todos!

“Dá instrução ao sábio, e ele se fará mais sábio, ensina ao justo, e ele crescerá em entendimento.”

*Provérbios 9:9*

## RESUMO

A escolarização da grande massa surgiu no Brasil em meados do século XIX, e estava sob a responsabilidade do Estado. Apenas algumas disciplinas faziam parte do componente curricular de outrora, tais como: geografia e história que permanecem até os dias atuais. Durante toda a história do ensino, houve algumas mudanças, entre elas a evolução para os grupos escolares, que na época era uma grande tendência na Europa, tratava de turmas seriadas, como ocorre até hoje, evidente que a cada tempo é aperfeiçoado esse método. Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo investigar entre os alunos da rede pública estadual de Campina Grande - PB, quais os perfis socioeconômicos bem como as suas concepções acerca do ensino de química e pretensão de ingresso na área. Os resultados mais relevantes apontam fatores significativos que podem suscitar discussões acerca da temática em questão, tais como: Na sua maioria são do sexo feminino, solteiros, não utilizam transportes para se deslocar até a instituição de ensino, pois moram próximos a mesma, além de apresentar como maior necessidade das famílias e/ou alunos, a falta de emprego. Quanto às dificuldades encontradas pelos alunos na disciplina de química, relatam pouco tempo da aula, pouco tempo para estudar, ter que trabalhar e não gostam da disciplina. Paralelamente observou-se que apenas 2% dos estudantes noturno da rede pública pretendem prestar vestibular para a área de química, confirmando o que a média da intenção de ingresso da Universidade Estadual da Paraíba já estabelece, pois apenas 1,79% das provas prestadas na UEPB são para a área de química, que incluem licenciatura e industrial.

**Palavras-chave:** Perfil Socioeconômico; Rede Pública; Ensino Médio; Química.



## ABSTRACT

The great mass of schooling emerged in Brazil in the mid nineteenth century, and was under the responsibility of the State. Only some subjects were part of the curriculum component of yore, such as geography and history that remain to this day. Throughout the history of education, there have been some changes, including the move to school groups, which at the time was a big trend in Europe, came to serial classes, as happens today, evident that every time this method is perfected. Thus, this study aimed to investigate among students of public schools in Campina Grande - PB, which socioeconomic profiles and their conceptions of teaching chemistry and claim ticket area. The most relevant results indicate significant factors that can raise discussion about the topic in question, such as: The majority are female, unmarried, do not use transport to move up the educational institution because they live near it, and presented as greater need for families and / or students, the lack of jobs. As for the difficulties encountered by students in the discipline of chemistry, report little class time, little time to study, get to work and do not like the discipline. In parallel we observed that only 2% of the nightly public school students plan to take the exam for the area of chemistry, confirming that the average ticket intention of the State University of Paraíba already down, as only 1.79% of the tests are given in UEPB to the area of chemistry, including undergraduate and industrial.

**Keywords:** Socioeconomic Profile; Public Network; High School; Chemistry.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CAIC - Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente

DCNEM - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

E.E.E.F. - Escola Estadual de Ensino Fundamental

E.E.E.F.M. - Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

Hab. - Habitantes

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

OMS - Organização Mundial de Saúde

PCNEM - Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

PSF - Programa de Saúde da Família

SBT - Sistema Brasileiro de Televisão

SIAB - Sistema de Informação da Atenção Básica

UEPB - Universidade Estadual da Paraíba

## LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 Colégio Dr. Elpídio de Almeida (Estadual da Prata).....	25
Figura 2.2 Alunos ilustres do Colégio Dr. Elpídio de Almeida (Prata).....	26
Figura 3.1 EEEFM de Campina Grande-PB.....	28
Figura 4.1 Sexo dos alunos entrevistados.....	29
Figura 4.2 Faixa etária dos alunos entrevistados .....	29
Figura 4.3 Estado civil dos alunos entrevistados.....	30
Figura 4.4 Alunos que exercem atividades laborais .....	30
Figura 4.5 Transporte utilizado para ir à Escola.....	31
Figura 4.6 Dificuldades encontradas na disciplina de química .....	32
Figura 4.7 Principal necessidade familiar.....	33
Figura 4.8 Componentes da família .....	33
Figura 4.9 Principal provedor familiar.....	34
Figura 4.10 Tipo de residência da família.....	35
Figura 4.11 Pessoas empregadas na família .....	35
Figura 4.12 Renda mensal familiar.....	36
Figura 4.13 Crianças em idade escolar.....	37
Figura 4.14 Familiar acometido de enfermidade .....	38
Figura 4.15 Familiar envolvido com tabagismo .....	39
Figura 4.16 Familiar envolvido com alcoolismo.....	39
Figura 4.17 Pretensão de ingresso na área de química .....	40

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
1.1 OBJETIVOS .....	12
1.1.1 Objetivo Geral .....	12
1.1.2 Objetivos Específicos .....	12
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	13
2.1 EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL.....	13
2.1.1 Histórico da Escola Pública no Brasil .....	16
2.1.1.1 <i>Império</i> .....	16
2.1.1.2 <i>Primeira República</i> .....	17
2.1.1.3 <i>Era Vargas</i> .....	18
2.1.1.4 <i>Populismo</i> .....	19
2.1.1.5 <i>Regime Militar</i> .....	19
2.1.1.6 <i>Retomada Democrática</i> .....	19
2.1.1.7 <i>Química no Brasil</i> .....	20
2.2 ESCOLARIZAÇÃO PÚBLICA NA PARAÍBA.....	21
2.3 EDUCAÇÃO PÚBLICA EM CAMPINA GRANDE .....	24
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	27
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA EXPERIMENTAL (CAMPINA GRANDE - PB)...	27
3.1.1 Localização geográfica.....	28
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	29
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	41
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	42
<b>APÊNDICE A</b> - Questionário.....	45
<b>ANEXO A</b> - Lista das Escolas Estaduais de Campina Grande .....	47

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente a educação é considerada como prioridade em todo o mundo. É sabido que várias nações foram pioneiras e inovadoras de sistemas educacionais, tendo como objetivo torná-lo mais eficiente e moderno para atender as necessidades políticas, sociais e éticas. Pois uma sociedade mais qualificada tem mais proveito econômico, logo, torna seu país desenvolvido e poderoso.

E a tarefa de prestar e prezar pela educação são do Estado, que o exerce diretamente, através das escolas públicas, ou indiretamente, através das escolas particulares, que apesar de terem esse caráter, são alvo de fiscalização do Estado.

A educação é uma garantia prevista no art. 6º, *caput*, da Constituição Federal de 1988, de modo que ninguém deve ser privado do acesso.

Assim, é uníssono a ideia de que a educação é indispensável para o efetivo desenvolvimento de uma sociedade, de forma que a escola, mesmo não sendo o único componente do significado de educação, esta possui um extraordinário papel ante a esse assunto.

Ao se considerar a escola como um elemento integrante da educação, ressalte-se de extrema importância, é válido entender as influências do ambiente físico, cultural, situação socioeconômica do alunado, e por consequência da sua família de origem, pois estes são fatores também imensuráveis para o bom desenvolvimento escolar do indivíduo em formação.

O tema que será aqui discutido tem como alvo justamente um dos autores relacionados ao processo de educação, qual seja, a característica socioeconômica dos alunos do ensino médio da escola pública estadual do turno noturno bem como suas dificuldades na disciplina de química e perspectivas no ingresso em algum curso superior relacionado com a química.

Pois ao se falar em educação, relaciona-se tanto o aluno quanto a sua família e a escola, afinal a escola é uma extensão da família e para que tudo ocorra bem, é necessário saber como anda a entidade familiar a qual o aluno está vinculado.

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo Geral

Investigar o perfil socioeconômico e perspectiva no ingresso do curso de química de alunos da rede pública de Campina Grande - PB

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- Realizar estudos sobre o histórico do ensino no Brasil;
- Traçar um perfil socioeconômico dos alunos da rede pública estadual;
- Identificar qual a dificuldade de aprendizagem que os alunos possuem no ensino de química;
- Pretensão de cursar o ensino superior na área de química.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

Partindo do disposto no artigo intitulado “Origem da Escola Pública Brasileira: A Formação do Novo Homem”, de autoria de Lilian, Felipe e França, que por sua vez citam Souza (2006) em que foi suscitada uma grandiosa discussão acerca da organização do sistema nacional de ensino. Tal sistema objetivava estruturar o ensino elementar de forma que esta padronização atendesse o maior número possível de crianças em idade escolar, tendo em vista a necessidade de escolarização em massa. A implantação teve na época uma vasta aceitação nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos. O fenômeno da escolarização em massa surgiu em meados do século XIX e trouxe consigo algumas características, quais sejam, responsabilidade do estado para prestação do ensino público e a obrigatoriedade de frequência escolar.

Souza (2006) elenca algumas disciplinas componentes da grade curricular, entre elas, história, leitura, geografia, economia e direito, as quais tinham como principal fundamento a realidade brasileira. Posteriormente foram implementadas novas disciplinas, como ciências, educação física e desenho, que por sua vez se justificavam devido ao exacerbado crescimento dos setores prestacionais de serviços e o desenvolvimento da pequena indústria. No final do século XIX e início do século XX a inovação educacional foi decorrente da construção de estados-nação e sua modernização social, de forma que no Brasil, a escola pública foi considerada como o maior instrumento de modernização.

De acordo com Hilsdorf (2005) mesmo a escola pública tendo por escopo a educação da grande massa, não há de se confundir com o fornecimento de educação para todos os brasileiros, pois esta educação visava apaziguar a situação provocada pelos movimentos populares, quando da reivindicação de instrução pública para todos.

Uma proposta de organização curricular e administrativa modificou o ensino público no país, pois foram implantados os grupos escolares, os quais surgiram primeiramente nos Estados Unidos da América e na Europa, entretanto chegou ao Brasil com a concepção de “escola primária”, criada inicialmente no estado de São

Paulo, que teve como ideia base, o conceito republicano de que o progresso nacional vem através do desenvolvimento intelectual e moral, que são adquiridos através da educação (HILSDORF, 2005).

Para Saviani (2006) esses grupos escolares eram prioridade da região urbana, tendo em vista que na região rural funcionou durante longos anos a escola isolada. Entretanto a escola que era vista como eficaz era a que pertencia a grupo escolar, tendo em vista que o ensino voltado para a massa brasileira só se fez presente durante a reforma paulista no ano de 1920. Por terem turmas seriadas os grupos escolares também eram conhecidos como escolas graduadas. O fundamento da escola graduada consistia na diferenciação do alunado de acordo com o nível de conhecimento que estes possuíam, de forma a ficarem os de mesmo nível de conhecimento agrupados separadamente dos demais níveis, de modo a pertencerem salas de aulas diferente dos demais.

Assim, com a adoção desse sistema houve uma grande mudança, pois não havia mais ensino universal, ocorreu à racionalização curricular e a distribuição de conteúdos e horários, inclusive com a introdução de métodos de avaliação. A necessidade do trabalho docente, bem como a necessidade de um local apropriado para satisfazer a demanda de várias classes, ou seja, para cada sala de aula um nível de ensino, alunos correspondente a este nível e professor com capacidade para lecionar em tal classe. A duração do ensino primário era de quatro anos, com matérias como educação física, intelectual e moral. Com a utilização de método intuitivo e exigência de obediência e disciplina do alunado, inclusive no que diz respeito à frequência escolar, entre outras exigências. Ainda executavam exames finais, exposições, feriados nacionais e festas de encerramento do ano letivo (SAVIANI, 2006).

Assim, com o passar dos anos surgiram novas necessidades para garantir a racionalização da administração pedagógica das escolas graduadas, de modo que foi obrigatória a criação de novas formas pedagógicas.

[...] Ela reportava a uma clara concepção de ensino; educar pressupunha um compromisso com a formação integral da criança que ia muito além da simples transmissão de conhecimentos úteis, dados pela instrução e implicava essencialmente a formação do caráter mediante a aprendizagem da disciplina social - obediência, asseio, ordem, pontualidade, amor ao trabalho, honestidade, respeito às autoridades, virtudes morais e valores cívico-patrióticos necessários à formação do espírito de nacionalidade (SOUZA, 2006).



Desta forma, pode-se afirmar que as escolas graduadas surgiram como estratégia da elite paulistana de construir um modelo escolar que deveria ser implantado pelos demais estados da nação, devendo ser parte da política de diversos governantes dos estados-membros. Ocorreu ainda uma nova mudança no ensino, que foi o magistério, onde homens e mulheres saíam profissionais da educação, ou seja, tornando-se professores (VIDAL, 2006).

Segundo Souza (2006), ainda dentro da renovação pedagógica, o método intuitivo teve maior ênfase no cenário educacional, fundamentando-se basicamente nos parâmetros estabelecidos por Pestalozzi e Froebel, qual seja, a abordagem do ensino deveria ser feita a partir do particular para o geral, que tinha por base uma concepção filosófica e científica na qual a obtenção de conhecimentos era feita através da observação, assim, o método adquiriu confiança devido ao fato da racionalização pedagógica relacionando-se com a vida social. Desta forma, o ensino repetitivo e de memorização praticados nas escolas do Império seriam abolidos.

Todavia o ensino concêntrico consistia na organização do programa de todas as matérias simultaneamente numa mesma série e em séries consecutivas, que eram desenvolvidas de acordo com o aumento de intensidade, este era visto pelos profissionais como vantajoso, pois era o método pelo qual as crianças mais aprendiam. Mesmo com o objetivo de escolarização das grandes massas, só fizeram parte destas, aqueles que integravam os setores ligados ao trabalho urbano de modo que os pobres, miseráveis e negros não foram abarcados com a instituição da escola pública oferecida pelo Estado. Somente por volta do ano de 1920 eles começaram a reivindicar o seu espaço na instituição escolar, e assim despertou na elite brasileira a preocupação com a organização do sistema capitalista, que dependia da preparação desses para o mercado de trabalho (SOUZA, 2006).

E assim, inicia-se as reivindicações por uma nova escola brasileira, que inspirou-se no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, sendo representado por Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, esse manifesto tinha por escopo a reconstrução social e educacional, que tinha por princípio a laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, co-educação e a unidade da escola (AZEVEDO, 2006).

Para Saviani (2006) essa vertente pedagógica, parte do princípio de que a educação é função do Estado e que deveria ser direcionada a todos os graus ou fases de ensino. E que esse manifesto representou mais que um ideal de defesa da

nova escola, mas como contribuinte necessário para as reflexões no que tangia a defesa da escola pública, de forma que este manifesto fora um grande legado deixado no século XX.

O manifesto apresentou-se como um instrumento político, pois expressa a posição do grupo de educadores que se aglutinou no ano de 1920 e que possibilitou a Revolução de 1930 a oportunidade de vir a exercer o controle da educação no país, pois a partir do seu lançamento influenciou a teoria da educação, da política educacional, assim como a prática pedagógica em todo o país. Sendo desta forma um divisor de águas da história da educação brasileira, pois forneceu novas valorações a determinados princípios e ideais, estabelecendo novos marcos no campo educacional (SAVIANI, 2006).

Além disso, as diretrizes firmadas no manifesto influenciaram o texto da Constituição de 1934 que consagrou o Conselho Nacional de Educação, atribuindo-lhe como principal função a de elaborar o Plano Nacional de Educação (AZEVEDO, 2006).

## **2.1.1 Histórico da Escola Pública no Brasil**

### *2.1.1.1 Império*

No ano de 1822, inspiradas nos ideais da Revolução Francesa, foram propostas para a Educação na Assembléia Constituinte, entretanto devido a dissolução feita por Dom Pedro I adiou a iniciativa dessa estruturação. Em 1824, a Constituição editada naquele ano reafirmou a liberdade de ensino, sem qualquer tipo de restrição, de modo a oferecer instrução primária gratuita a todos os cidadãos (RAMOS, 2011).

Em 1827, foi aprovada a primeira lei de Ensino Elementar e teve eficácia até o ano de 1946. E nela foi determinada a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, inclusive nas vilas e lugarejos, e ainda a escola de meninas, entretanto estas seriam implantadas nas cidades mais volumosas, mesmo com toda boa intenção, essa lei foi um fracasso em virtude de condições econômicas, técnicas e políticas. Foi constatado que apenas 10% da população que tinha idade escolar

havia se matriculado. No ano de 1834, ocorreu uma mudança, que consistia na redistribuição da competência para oferecimento do ensino elementar, de forma que ficou sob a égide das províncias a formação secundária e de professores, ficando sob a alçada do poder central o Ensino Superior (RAMOS, 2011).

De acordo com Aranha (2009), “no século XIX ainda havia no Brasil a tendência da criação de escolas religiosas, o que já não acontecia no resto do mundo receptível ao ensino laico. Até mesmo por parte dos jesuítas, que retornaram após 80 anos. Dentre essas instituições figuram o Colégio São Luís (fundado em Itu em 1867 e transferido para São Paulo em 1919), o Colégio Caraça - Minas Gerais (1820), Mackenzie - São Paulo, 1870 -, Colégio Americano - Porto Alegre, 1885-, Colégio Internacional - Campinas, 1873 -, entre outros. Da parte da iniciativa leiga surgiu a Sociedade de Culto à Ciência (Campinas, fundada por maçons). A primeira escola de formação dos professores "Escola Normal" foi a Escola Normal de Niterói, fundada em 1835”.

#### *2.1.1.2 Primeira República*

Segundo Palma Filho (2005) com a instauração da República em 1889 a educação sofreu mudanças, durante a vigência da primeira república ocorreram cinco reformas de âmbito nacional do ensino secundário, que se idealizavam unificar currículo em todo o território nacional, foram elas, a reforma Benjamim Constant, Reforma Eptácio Pessoa, Reforma Rivadávia, Reforma Carlos Maximiliano e Reforma João Luiz Alvez.

Quando Benjamin Constant era Ministro da Instrução, o ensino secundário só era visualizado como requisito preparatório para o ensino superior. Quando da atuação do Ministro Rivadávia Corrêa, surgiu o conceito de grupo escolar, de modo que as classes não mais eram formadas por alunos de diversas idades, mas foram distribuídos em séries. Em 1924 foi fundada a Associação Brasileira de Educação que no início foi influenciado pelo catolicismo, mas que a partir de 1932, foi dirigida pelos adeptos da Escola Nova (PALMA FILHO, 2005).

### 2.1.1.3 Era Vargas

A modernização educacional só passou a ocorrer a partir do ano de 1930, quando o assunto passou a interessar aos intelectuais. E foi levada em consideração devido às mudanças sociais ocorridas pós-primeira guerra mundial e pela revolução Russa, pois estas amedrontaram a sociedade sobre o perigo de retorno das condições de barbárie ocorridas durante as guerras (PALMA FILHO, 2005).

Em 1930 foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública e o Ministro Francisco Campos através da Reforma de Campos modificou o ensino secundário criando os Exames de Madureza. Um ano depois, em 1931 foi organizado o Conselho Nacional de Educação e a Constituição Federal de 1934 determinou que este criasse o Plano Nacional de Educação. E em 1932 alguns intelectuais assinaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (AVELINO, 2012).

Palma Filho (2005) relata que devido às atenções voltadas para a modernização da educação devido à exigência do mundo capitalista, foi constatado que as escolas deveriam passar por um processo de atualização para que fosse atendido as necessidades da época, em virtude da nova realidade social. O movimento denominado nos Estados Unidos da América como Escola Nova, influenciou o Movimento Educacional Brasileiro. Este movimento valorizava os jogos e os exercícios físicos, mas teriam que servir para o desenvolvimento da percepção do alunado. Tal desenvolvimento buscava os métodos mais adequados para estimular o interesse das crianças de forma espontânea e eram levados em consideração os estudos psicológicos sobre elas.

Em 1943 foi editada a Lei Orgânica, que por sua vez fracionou o ensino secundário em três modalidades, quais sejam, clássico, científico e normal, que mesmo sendo profissionalizante integrava o ensino secundário. Voltados para o nível técnico, também se criou três modalidades, técnico industrial, agrícola e comercial (AVELINO, 2012).

#### *2.1.1.4 Populismo*

Com a Constituição Federal de 1946, ocorreu o fim do Estado Novo, e trouxe consigo dispositivos legais voltados à educação, como a não onerosidade para o ensino primário e para a sequência de estudos que se seguia, para aqueles que comprovassem não haver condições financeiras de arcar com o pagamento dos estudos (PALMA FILHO, 2005).

Em 1948, após a proposta do Deputado Clemente Mariani, surgiu uma discussão acerca da Lei de Diretrizes Básicas. Um pouco mais de uma década depois foi aprovada uma Lei nº 4.024 que incitou diversas discussões acerca do tema na gratuidade educacional (ARANHA, 2009).

#### *2.1.1.5 Regime Militar*

Este regime foi iniciado no ano de 1964, foi marcado pelo autoritarismo, na área da saúde houve a extinção da União Nacional dos Estudantes, pois eram consideradas “subversivas”. Em 1969 passou a ser obrigatório em todos os graus, o ensino de Educação Cívica e Moral, no ensino secundário a denominação foi alterada para “Organização Social e Política Brasileira”. Em 1967 foi criado o MOBREAL, que tinha por objetivo a redução dos níveis de analfabetismo entre os adultos. No governo Médici foi feita a reforma do ensino fundamental e médio, com a Lei 5.692/71, de forma que foi integrado o primário, ginásio, secundário e técnico. Em 1982 através de lei foi suprimida a obrigatoriedade do ensino profissionalizante no ensino médio (PALMA FILHO, 2005).

#### *2.1.1.6 Retomada Democrática*

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, em seus dispositivos transitórios, estabeleceu-se o prazo de dez anos para a universalização do ensino e a erradicação do analfabetismo. Com a edição da Lei 9.424/96 foi organizado o FUNDEF - Fundo de Manutenção do Desenvolvimento do Ensino Fundamental e

de Valorização do Magistério, que após dez anos foi substituído pelo FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, que por sua vez obrigou os Estados e Municípios a aplicarem anualmente um percentual mínimo de suas receitas (ARANHA, 2009).

#### 2.1.1.7 Química no Brasil

Almeida e Pinto (2011) relatam no seu artigo que a primeira descrição da química no Brasil foi feita por Pero Vaz de Caminha na carta que enviou à Dom Manuel para dar notícia da nova terra encontrada. Na carta de Pedro Álvares Cabral é revelado as cores vivas ornamentais dos seus habitantes, o vermelho e a tinta negro-azulada que os indígenas estavam pintados. Mostrando o domínio dos processos de extração de corantes naturais e do tingimento corporal dos nativos. Eles sabiam como extrair o corante vermelho do urucum, a Bixa orellana, e a seiva dos frutos do genipapo, que ao reagir com a pele, produz uma coloração negro-azulada. Mesmo com a produção de cana-de-açúcar nos engenhos brasileiros ter começado na Bahia após o ano de 1550, e se estendendo posteriormente para os estados de Alagoas e Pernambuco, e a indústria extrativista da mineração ter se iniciado a partir do século XVIII atividades relacionadas à química eram raramente existentes.

Ainda de acordo com os mesmos, foi com a chegada da família real em 1808 ao Rio de Janeiro que aulas de química começam a ser lecionadas na Academia Real Militar em 1811, no espaço hoje ocupado pelo Museu Histórico Nacional, e nas Escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. Afirmam que a aventura da química inicia de fato, no Brasil, com o surgimento do Laboratório Químico-Prático do Rio de Janeiro no ano de 1812, que tinha fim comercial através do desenvolvimento nas pesquisas química. O produto pioneiro utilizado para análise no Laboratório Químico-Prático do Rio de Janeiro foi o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) pois os colonizadores queriam comercializar com a China. O laboratório também se dedicou ao estudo da preparação do ópio (*Papaver somniferum*), à análise de águas sulfurosas e à purificação de aguardente de cana.

Outro laboratório de química, de acordo com Almeida e Pinto (2011), foi criado em 1824 foi o Laboratório Químico do Museu Imperial e Nacional, idealizado por João da Silveira Caldeira, seu primeiro diretor, que era Doutor em medicina pela Universidade de Edimburgo, durante sua foram feitas análises de combustíveis naturais, as primeiras perícias toxicológicas do país, análise e reclassificação de minerais, e pesquisas fito químicas com espécies da flora brasileira.

No ano de 1910 de acordo com relatos de Almeida e Pinto (2011) surgem no Brasil os primeiros cursos de química. O pioneiro foi o curso de química industrial, no nível técnico, no Makenzie College que em 1915, se tornou curso de nível superior, ainda no mesmo ano foi criada a Escola Superior de Química da Escola Oswaldo Cruz. Mas, os cursos regulares de química só ocorreu a partir do artigo "Façamos químicos", do farmacêutico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, José de Freitas Machado, publicado, em 1918, na Revista de Chimica e Physica e de Sciencias Histórico-Naturaes. Em 1922, foi criada a Sociedade Brasileira de *Chimica* como uma das decisões do primeiro Congresso Brasileiro de Química, e no ano seguinte houve alteração de *chimica* para química. Um dos marcos da química brasileira foi a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FFCL, quando da fundação formal da Universidade de São Paulo – USP (1934), mediante a reunião das faculdades isoladas existentes. Convidado pelo professor Teodoro Ramos, veio para a química da FFCL o professor Heinrich Rheinboldt, neto do famoso químico Heinrich Caro, com uma boa experiência científica e 43 anos de idade, Rheinboldt e Heinrich Hauptmann, outro pesquisador alemão, com 29 anos, iniciaram a química moderna brasileira.

## 2.2 ESCOLARIZAÇÃO PÚBLICA NA PARAÍBA

Segundo Pinheiro (2002) o início da escolarização pública não dirigida por religiosos na Paraíba data do ano de 1766, quando Marquês de Pombal, através da Carta Régia, criou uma cadeira de latim, só provida anos depois pelo professor João Adolfo, que recebia o valor de trezentos mil réis. A partir daí iniciou-se na Paraíba a implantação de um modelo de organização escolar que sobreviveu até o início da República Velha, que também pode ser chamada de “era das cadeiras isoladas”.

O modelo implantado por Pombal era diretamente inspirado em Luís Antônio Verney, autor de “Verdadeiro Método de Estudar”, que formulou a possibilidade de alterar a educação escolar portuguesa. Nessa época, o contexto socioeconômico brasileiro não era propício à destinação de investimentos para a educação pública, pois, o Brasil ainda era uma colônia, e como tal, totalmente gerenciada pelos portugueses, que “açambarcavam os melhores empregos civis e militares, até mesmo os negócios mais rendosos” (PINHEIRO *apud* ALMEIDA, 2002).

Pinheiro (2002) assevera que depois da expulsão dos jesuítas, as atividades relativas à educação na colônia, passou a ser administrada e financiada pelo governo metropolitano, que por sua vez, quase não se interessou em equipar a colônia.

Na Parahyba do Norte, foram criadas apenas “duas cadeiras de primeiras letras localizadas, uma no bairro alto [...] e outra, na Varadouro” (PINHEIRO *apud* MELLO, 2002), até aqui, sem mais notícias sobre a criação de outras escolas públicas.

Em 1821 a Junta Governativa baixou um edital convidando “qualquer pessoa que quisesse empregar-se na Instrução em qualquer vila da província a comparecer com seu requerimento legalizado para ser provido na Escola que escolher”, desde que tivesse sido preenchido os requisitos previstos no edital “e os candidatos eram submetidos a concurso, realizado sob a presidência do Ouvidor Geral da Comarca, dando preferência àquele que melhor exame fizer nas respectivas matérias, foram preenchidas as cadeiras criadas: Vila do Conde, Alhandra, Monte Mór, São Miguel, Pilar, Vila Real do Brejo de Areia, Vila Nova Rainha, Vila Real de São João, Pombal e Vila Nova de Souza” (PINHEIRO *apud* MELLO, 2002).

Ainda no ano de 1821, a província passou a possuir 12 escolas de primeiras letras, contando com duas na capital e as demais no interior. Essas cadeiras eram destinadas aos homens, pois, segundo PINHEIRO (2002), “o feminino tinha que esperar mais um tempo: pois não havia pressa em fazer a mulher emergir da ignorância em que jazia. O menor perigo que podia resultar do aprendizado era escrever bilhete aos namorados”.

Em 1860, a remuneração dos professores paraibanos era maior que todas as províncias. Ao tratar da questão de cadeiras isoladas em lugares de pequena população, o então presidente da província, Luiz Antônio da Silva Nunes, comentou:



Compreendeis facilmente que não deve nem pode a província criar em um só ponto, quanto mais em tantos, outras censuras, com o pingue ordenado de 800\$ rs. Digo pingue em relação aos vencimentos, em toda a parte, desta classe de funcionários. Em província nenhuma do império são eles remunerados como na Paraíba. Longe de censurável, é louvável esse procedimento dos legisladores da província; cumpre, porém que esse bom vencimento só o tenha quem verdadeiramente trabalhe e mereça (NUNES *apud* SEIXAS, 1985).

Assim, é possível observar, quando os professores passaram a receber remuneração maior, estes eram alvos de duras críticas em relação à sua qualidade de trabalho, sendo por vez, chamados de inábeis e incompetentes (MELLO, 1998).

Pinheiro (2002) esclarece ainda que em virtude da baixa arrecadação de impostos, ainda mais restrita ao longo dos períodos de estiagem, que ocorria os momentos mais graves de seca, boa parte dos recursos voltados à educação eram destinados a atender as vítimas da seca, sendo a educação pública um dos primeiros setores a sofrer corte de verbas. E algum tempo depois, as cadeiras isoladas mesmo com a redução dos valores continuavam a funcionar, só que, nas residências dos professores, e passaram a ganhar gratificação com valor de cinquenta mil réis anualmente.

Devido aos problemas encontrados com o funcionalismo das aulas nas residências dos professores, com palavras desonrosas e embriaguez habitual dos seus esposos, fez-se necessário o término da prática existente sobre as casas onde funcionavam escolas, de forma que se fez necessário a destinação de uma quantia anual para a construção de casas escolares. Entretanto, devido à falta de higiene, falta de utensílios e comodidade que as casas alugadas proporcionavam, ainda assim permaneceram por muitos anos. Os prédios escolares passando a pertencerem ao patrimônio público quando o modelo escolar de cadeiras isoladas passou a ser substituídas por grupos escolares (MELLO, 1998).

Algum tempo depois, após a implantação do regime republicano, a noção de progresso chegou à Paraíba, que é um dos princípios do positivismo, já havia sido incorporado ao discurso da elite, a partir do ano de 1860. Em alguns discursos oficiais, defendia-se que o progresso de ensino, se a oferta de cadeiras isoladas fosse ampliada pelo poder público provincial e municipal. A instrução primária fora

avaliada em quase todas as unidades da Federação, pelo Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, como resultado afirmou que o ensino era insuficiente e insignificante, não dando ensinamentos úteis a população.

Pinheiro (2002) relata o objetivo de tentar apaziguar os problemas que assolavam a organização escolar, o então Ministro da Instrução promoveu uma reforma do ensino, no final do ano de 1890, que teve por base a doutrina positivista, da qual era mais eficaz o ensinamento. Esta reforma gerou muitas críticas tanto dos intelectuais, quanto dos políticos, principalmente do lado monarquista. No entanto, mesmo com as duras críticas, foi implantado o grupo escolar, que trata de uma educação seriada, de acordo com os conhecimentos adquiridos pelo alunado, estes iam mudando de série, claro, de forma progressiva.

### 2.3 EDUCAÇÃO PÚBLICA EM CAMPINA GRANDE

Atualmente, de acordo com informações da 3ª Gerência Regional de Educação, até o dia 23 de setembro de 2013 o município de Campina Grande conta com 29 escolas públicas de ensino exclusivamente fundamental e ainda as de ensino fundamental e médio que somam 28, totalizando juntas 57 escolas.

A escola pública mais antiga é o Estadual da Prata (Colégio Dr. Elpídio de Almeida), também conhecido como “O Gigantão” que tinha no passado o nome, Colégio Estadual de Campina Grande.

Figura 2.1 Colégio Dr. Elpídio de Almeida (Estadual da Prata)



Fonte: Própria (2014)

Este decorreu da exigência da população campinense ao final da década de quarenta, tendo em vista que Campina Grande ainda não possuía o ensino secundário, subsidiado pelo poder público, entretanto havia várias instituições de ensino particular, como o Colégio Pio XI, Ginásio Alfredo Dantas e Colégio Imaculada Conceição (Colégio Damas), na época esta só matriculava pessoas do sexo feminino.

Atendendo aos pedidos da população, o então Governador Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, nascido na cidade de Alagoa Grande, garantiu a construção da obra, após o auxílio da prefeitura municipal de Campina Grande na pessoa do Prefeito Raymundo Vianna para a doação do terreno que seria construído o então colégio.

Devido à grandiosidade do colégio, a conclusão do projeto foi atrasada, de forma que não atendeu o cronograma estabelecido para a entrega da obra, assim só foi entregue no dia 31 de janeiro de 1953, que recebeu o nome de Colégio Estadual

de Campina Grande, dado pelo Governador José Américo de Almeida, o então sucessor de Oswaldo Trigueiro, pois este renunciou o cargo em 30 de junho de 1950.

Uma das primeiras vice-diretoras do colégio foi à Professora Wanda Elisabeth, no início estudavam oitocentos alunos, hoje são mais de três mil estudantes. Ademais pelo menos nos 15 anos iniciais, o turno matutino era reservado para as mulheres, o vespertino para os homens e o noturno para homens e mulheres.

ARAÚJO e SOUZA (2009) relatam que o Estadual da Prata tornou-se referência de ensino em todo o estado da Paraíba, suprimindo as necessidades tanto da cidade quanto das circunvizinhas, sendo responsável pela formação de grandes nomes que fizeram parte da História do município de Campina Grande - PB. Entre esses alunos destacam-se as personalidades: a cantora reconhecida nacionalmente Elba Ramalho, o jornalista do SBT José Neumann Pinto, Ronaldo Cunha Lima (*in memoriam*) grande expoente político da Paraíba, Damião Feliciano que atualmente encontra-se como Deputado Estadual, dentre outros (Figura 2.2).

Figura 2.2 Alunos ilustres do Colégio Dr. Elpídio de Almeida (Prata)



Fonte: Blog Retalhos Históricos de Campina Grande (2009)

### 3 METODOLOGIA

Para a obtenção dos resultados foi utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário (APÊNDICE A) e documentos da Secretaria de Educação Estadual 3ª Região de Ensino (ANEXO A).

Na análise documental consultou-se a relação de escolas e suas localizações, bem como a composição do corpo discente. Já o questionário elaborado com 17 questões objetivas, com respostas pré-estabelecidas e subjetivas, abrindo oportunidade para outras respostas. O público alvo da averiguação foram alunos regularmente matriculados nas escolas públicas estaduais de Campina Grande, no turno noturno do ensino médio, independentemente da idade. Foi analisado um total de 292 questionários, aplicados durante o período de outubro a dezembro de 2013.

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA EXPERIMENTAL (CAMPINA GRANDE-PB)

Este trabalho de pesquisa foi realizada nas escolas públicas estaduais de ensino médio noturno de Campina Grande, totalizando 18, todas situadas na zona urbana da cidade apresentadas no Quadro 3.1.

Quadro 3.1 Escolas Públicas Estaduais/Bairros

	E.E.E.F.M.	BAIRRO
1	CAIC José Joffily	Malvinas
2	Ademar Veloso da Silveira	Bodocongó
3	Álvaro Gaudêncio de Queiroz	Álvaro Gaudêncio
4	Antônio Oliveira	Santa Rosa
5	Assis Chateaubriand	Santo Antônio
6	Clementino Procópio	São José
7	Dom Luiz Gaudêncio Fernandes	Álvaro Gaudêncio
8	Dr. Elpídio de Almeida	Prata
9	Félix Araújo	Liberdade
10	Monte Carmelo	Bela Vista
11	Nenzinha Cunha Lima	José Pinheiro
12	Prof. Anésio Leão	Palmeira
13	Prof. Raul Córdula	Cruzeiro
14	São Sebastião	Alto Branco
15	Sen. Argemiro de Figueiredo	Católé
16	Severino Cabral	Severino Cabral
17	Solon de Lucena	Centro
18	Virginius da Gama e Melo	Malvinas

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

### 3.1.1 Localização Geográfica

De acordo com dados do IBGE, o município se localiza no interior do estado da Paraíba, no agreste paraibano, na parte oriental do Planalto da Borborema, na Serra do Boturité/Bacamarte. Situa-se a uma altitude média de 551 metros acima do nível do mar. A área do município abrange 594.182 km<sup>2</sup>.

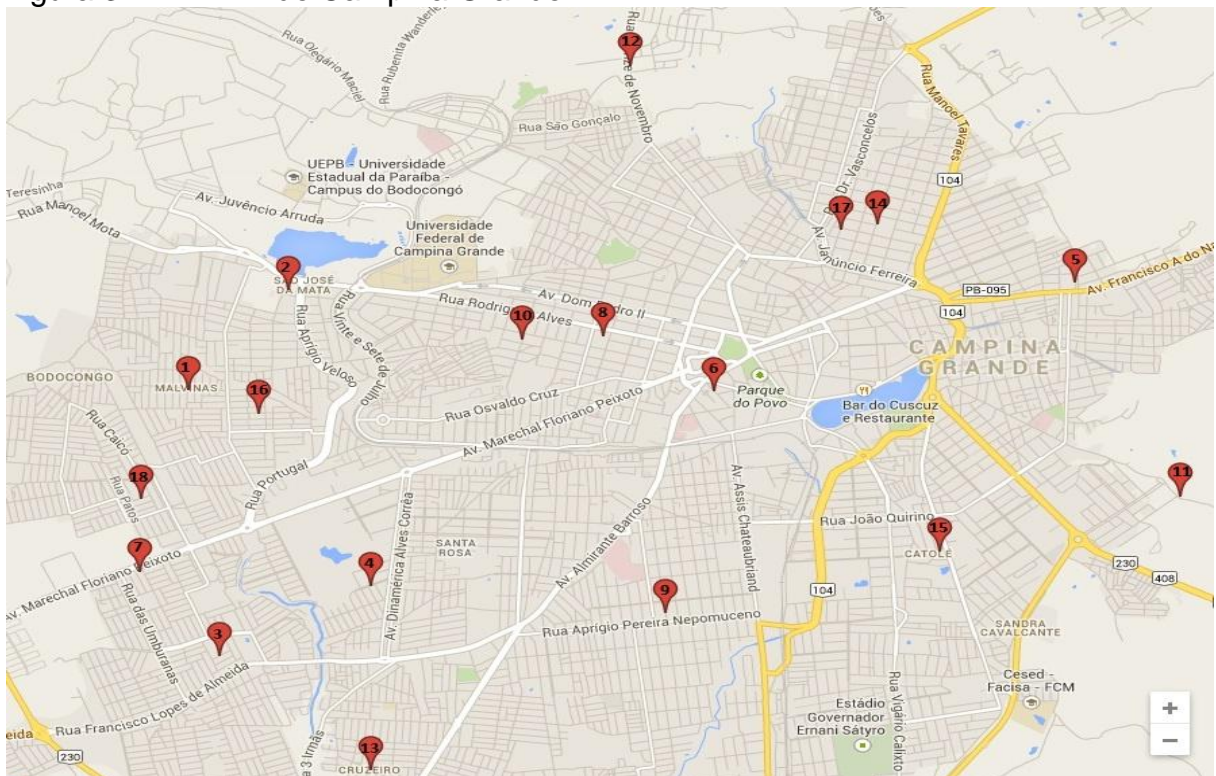
Fazem parte do município de Campina Grande os seguintes distritos: Catolé de Boa Vista, Catolé de Zé Ferreira, São José da Mata, Santa Terezinha e Galante. Localiza-se a 125 km da capital do estado, João Pessoa.

Campina Grande possui 385.213 mil habitantes residentes, sendo 182.205 mil do sexo masculino e 203.008 mil do sexo feminino, (densidade demográfica de 648,31 hab/km<sup>2</sup>).

Até o ano de 2012 existiam 58.971 mil alunos matriculados no ensino fundamental e 15.615 mil no ensino médio. E de toda a população, 313.860 mil são alfabetizados e 128.296 mil pessoas frequentam creches ou escolas.

A Figura 3.1 apresenta a localização das Escolas Estaduais Públicas de Campina Grande - PB, onde foi realizada a pesquisa.

Figura 3.1 EEEFM de Campina Grande - PB



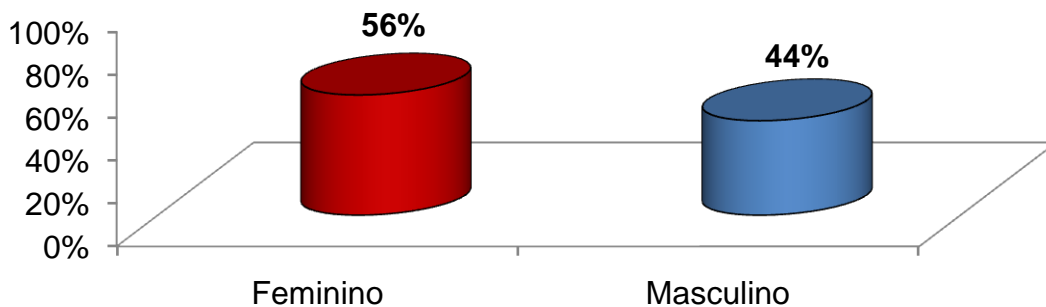
Fonte: Google Mapas, adaptado por Yuri José dos S. Nascimento (2014).

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi possível observar e identificar a partir das respostas obtidas pelos alunos, qual perfil socioeconômico predominante, as dificuldades encontradas na aprendizagem do ensino de química e possível ingresso na área, e os dados tabulados. Assim, os resultados constantes da pesquisa realizada, foram apresentados através da porcentagem correspondente às perguntas e respostas do questionário, e os dados tabulados.

A Figura 4.1 apresenta a porcentagem relativa ao sexo dos alunos. Observou-se a predominância do sexo feminino, com 56% dos entrevistados, contando 44% para o sexo masculino.

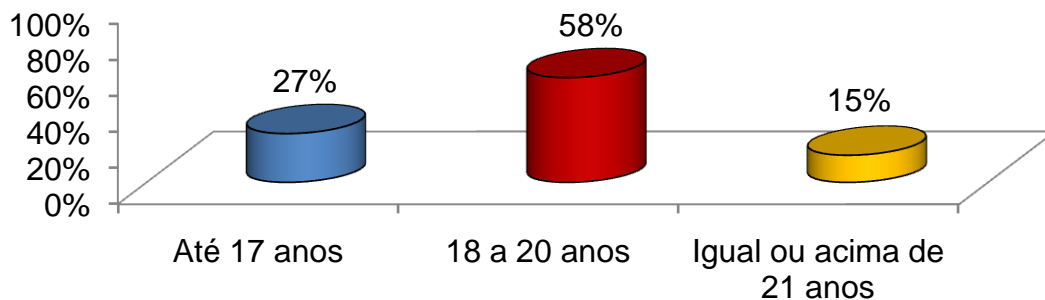
Figura 4.1 Sexo dos alunos entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa (2013)

A Figura 4.2 apresenta a faixa etária de 17 anos de idade correspondente a 27%, entre 18 e 20 anos representa a maioria com 58% e por fim, de forma minoritária encontram-se as pessoas acima de 21 anos, com 15%.

Figura 4.2 Faixa etária dos alunos entrevistados

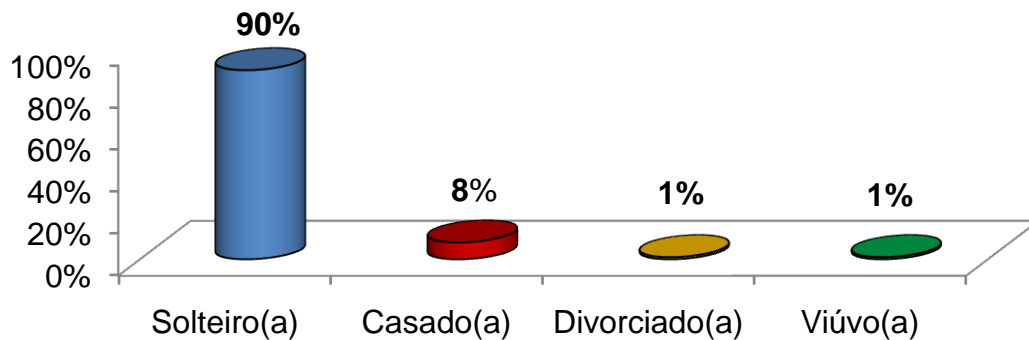


Fonte: Dados da pesquisa (2013)

O que se pode observar na Figura 4.2 é que a maioria não se encontra na faixa etária entendida como adequada para conclusão do ensino médio regular, pois de acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), no seu art. 38, §1º, II, estão habilitados para serem submetidos ao supletivo ou ao EJA, os maiores de 18 anos.

Ao analisar a Figura 4.3, nota-se a gritante prevalência do estado civil solteiro entre as pessoas pesquisadas, pois estas representam 90% delas, os casados ocupam a segunda colocação com 8%, e os viúvos e divorciados têm o mesmo percentual, com 1% cada.

Figura 4.3 Estado civil dos alunos entrevistados

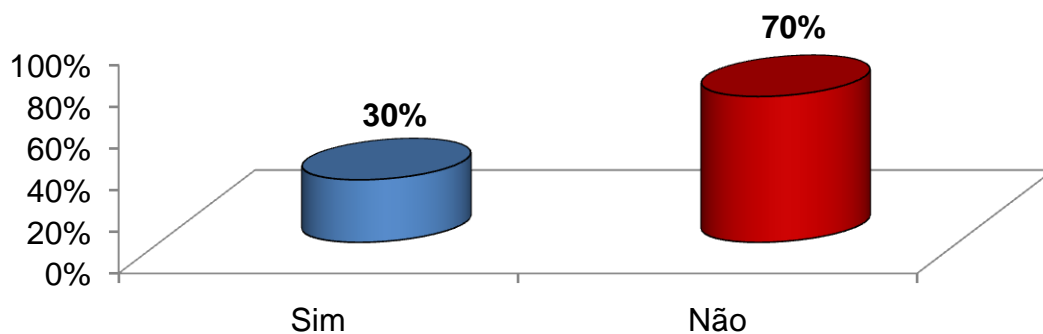


Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Um dado positivo é que pode haver mais dedicação ao estudo e as atividades escolares, visto que não possuem tantas responsabilidades inadiáveis. Assim, tendo mais chances em uma futura aprovação no vestibular.

O resultado exposto na Figura 4.4 é notória a predominância da situação de que 70% dos alunos não exercem atividades laborais.

Figura 4.4 Alunos que exercem atividades laborais



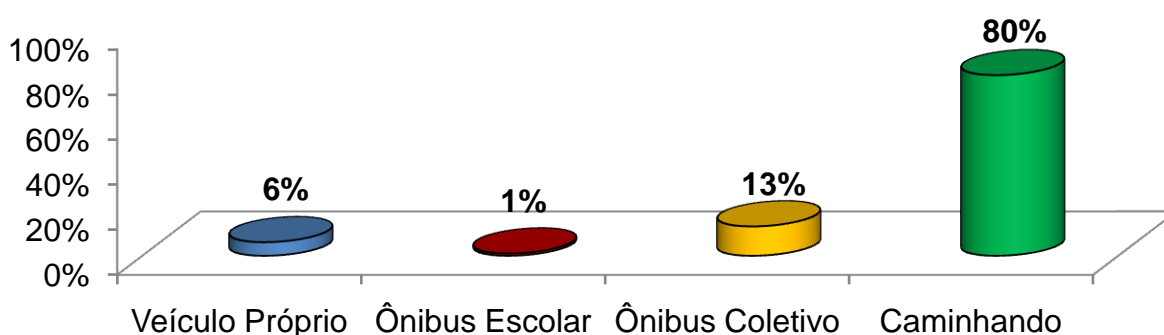
Fonte: Dados da pesquisa (2013)



Ponto positivo, pois quando se estuda sem trabalhar o rendimento escolar, sugere, ser melhor. Mas apesar desse grande percentual, 30% dos alunos que trabalham por diversos motivos, para se manter ou ajudar o sustento familiar, quando não há uma educação, podem resultar prejuízo ao estudo.

Na Figura 4.5 verifica-se que 80% não possuem ou não utilizam meio de transporte, 13% utilizam-se de transporte coletivo, 6% têm seus veículos e 1% vão de ônibus escolar.

Figura 4.5 Transporte utilizado para ir à Escola

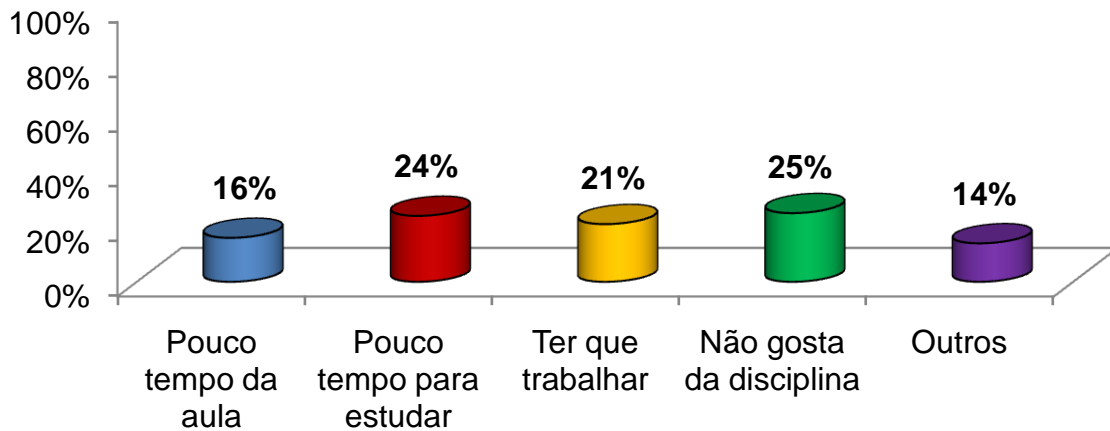


Fonte: Dados da pesquisa (2013)

A maioria dos entrevistados não utiliza qualquer meio de transporte para se locomover até a escola, assim, estes vão caminhando, pois moram no mesmo bairro onde se situam as escolas ou nos bairros circunvizinhos, o que em parte se mostra benéfico, visto que estes não dependem de transporte, o que não lhes atrapalham em relação à chegada tardia e a saída antecipada da sala de aula. Mas 13% utilizam-se do transporte coletivo, 6% possuem veículos próprios, dentre estes carros e motos. Apenas 1% locomove-se através de ônibus escolares fornecidos pelas prefeituras das suas respectivas cidades de residência, sendo esse transporte o mais prejudicial aos horários escolares, pois os alunos que utilizam-se deste transporte saem mais cedo das salas de aula, deste modo perdendo parte do conteúdo lecionado.

A Figura 4.6 trata dos resultados do questionamento acerca das dificuldades para o aprendizado de química, 25% não gostam da disciplina, 24% possuem pouco tempo para estudar, 21% precisam trabalhar, 16% justificou que a aula de química é curta, ou seja, pouco tempo de aula e 14% têm outras justificativas, mas que apesar do questionário ter dado oportunidade para esclarecer preferiu abster-se.

Figura 4.6 Dificuldades encontradas na disciplina de química

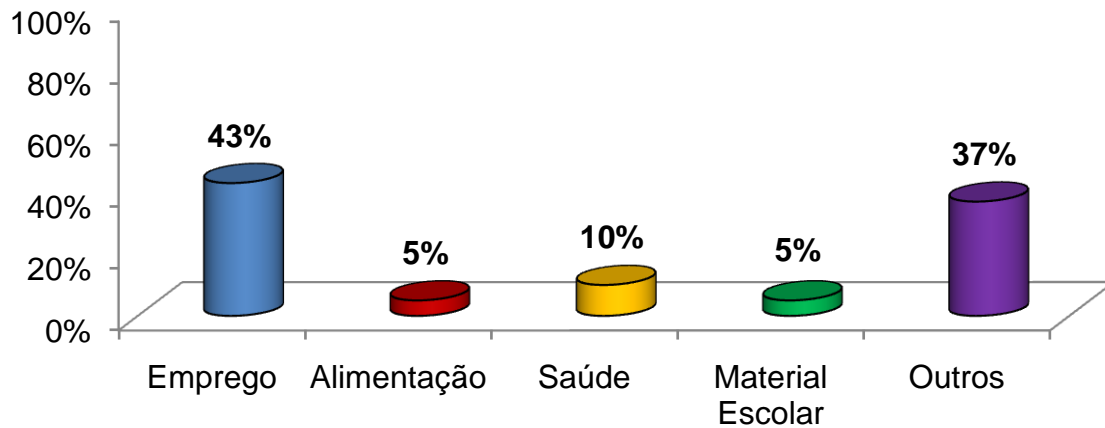


Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Das dificuldades encontradas pelos entrevistados (Figura 4.6) para o aprendizado da matéria de química, a maioria deles justificou que não gostam da disciplina, perfeitamente justificável, tendo em vista que quando não se gosta de algo, a sua dedicação é menor do que quando têm que estudar algo que lhe proporcione prazer; em segundo lugar, ficou a opção de pouco tempo para se dedicarem ao estudo da matéria, o que atrapalha o aprendizado, pois como todas as demais matérias, ela também requer dedicação; Em terceiro lugar, a justificativa é a necessidade de trabalhar e por isso entendem ser um empecilho ao aprendizado da matéria e na quarta colocação, ficou a argumentação de que devido ao pouco tempo de aula, ou seja, a carga horária não é suficiente para que haja a explanação do assunto e sanem todas as dúvidas acerca do assunto e por fim, a minoria não optaram por nenhuma das alternativas disponibilizadas, entretanto, não esclareceu na oportunidade qual seria o desafio encontrado.

Na Figura 4.7 estão expostas as necessidades dos alunos, 43% deles indicaram o emprego, 37% assinalaram a alternativa “outros”, mas optou por não informar qual seria essa outra necessidade, 10% elegeram a saúde, e por fim, 5% apontaram a alimentação e outros 5% o material escolar.

Figura 4.7 Principal necessidade familiar

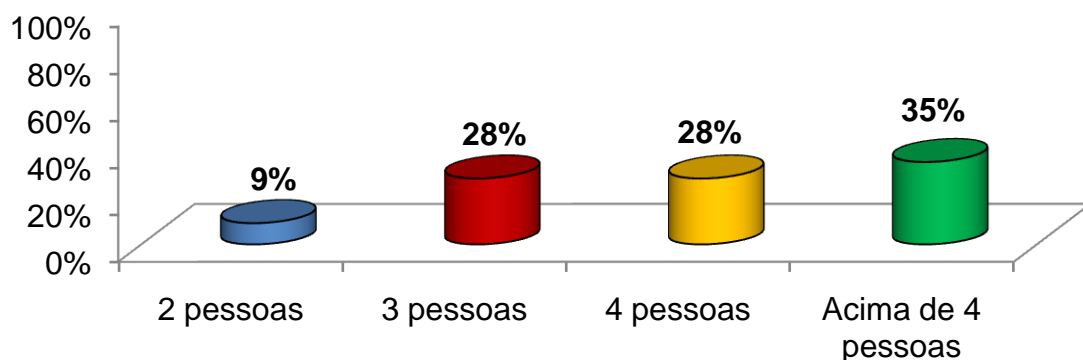


Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Em relação à opção alimentação, é um dado assustador, pois a alimentação saudável é imprescindível para o ideal desenvolvimento intelectual e físico dos alunos, e por consequência aumenta a dificuldade de aprendizagem destes. A utilização de material escolar também indispensável para o bom acompanhamento das aulas ministradas diariamente.

A Figura 4.8 expõe a quantidade de pessoas que compõem a entidade familiar do aluno. Sendo assim, 35% destes alunos contam com mais de quatro pessoas na sua família, 28% possuem quatro pessoas em casa e outros 28% têm três pessoas no seio da sua família e apenas 9% têm apenas dois integrantes na composição familiar.

Figura 4.8 Componentes da família

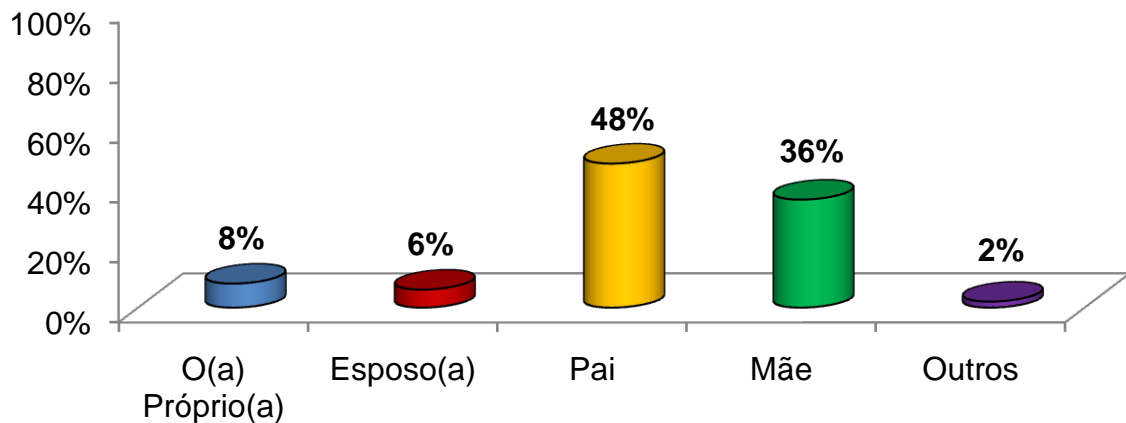


Fonte: Dados da pesquisa (2013)

De acordo com dados do IBGE (Censo 2010) 49.982.184 é o número de famílias com duas ou mais pessoas com parentesco.

A Figura 4.9 traz o quadro das principais pessoas responsáveis pelo sustento da família. 48% desses alunos assinalaram a alternativa em que estabelecia a figura paterna como principal responsável, logo na segunda colocação está à mãe com 36%, e 8% são os próprios, responsáveis por seu sustento e/ou da sua família, 6% atribuiu a responsabilidade aos maridos/mulheres e apenas 2% disseram que outras pessoas eram responsáveis pelo sustento, contudo não informaram quem seria o responsável.

Figura 4.9 Principal provedor familiar

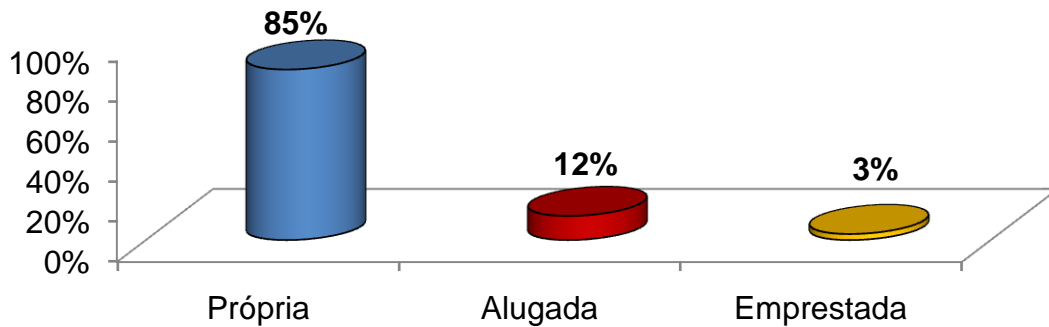


Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Apesar da figura do pai ser o maior responsável pelo sustento da família, houve um crescimento expressivo das famílias que têm como responsável a mãe. Os motivos para este aumento podem ser devido a uma mudança de valores culturais em relação ao papel da mulher na sociedade brasileira. O vasto ingresso no mercado de trabalho, o aumento da escolaridade em nível superior, são fatores que podem explicar este reconhecimento da mulher como responsável pela família.

A Figura 4.10 apresenta as situações das residências dos alunos. Considerável predominância da casa própria, sendo representada percentualmente por 85%, ademais, 12% moram em casas alugadas e apenas 3% em casas emprestadas.

Figura 4.10 Tipo de residência da família

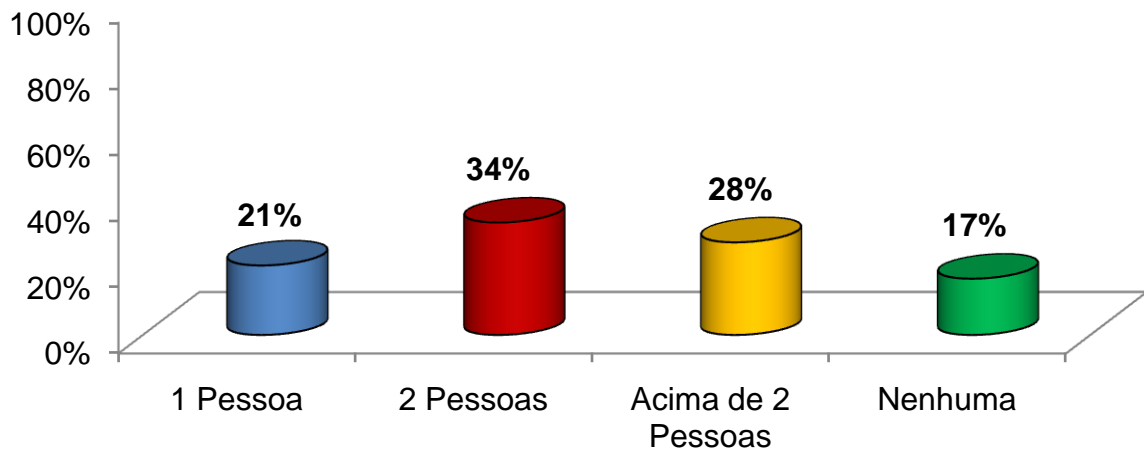


Fonte: Dados da pesquisa (2013)

De acordo com o Censo Demográfico 2010, Campina Grande é o segundo Município do Estado da Paraíba com o maior número de domicílios particulares, contando com o nº 11.814, perdendo apenas para a capital, João Pessoa.

A Figura 4.11 apresenta a quantidade de pessoas empregadas nas famílias dos alunos. Desta forma, 34% afirmaram que apenas dois integrantes exercem atividade com proveito econômico, logo depois, 28% declararam que mais de duas pessoas trabalham, 21% optaram pela alternativa que apontava a quantidade de apenas um integrante exercendo atividade laboral e por fim, 17% indicaram que em suas famílias não havia nenhum membro que trabalhasse o que mostra a infeliz realidade dos nordestinos.

Figura 4.11 Pessoas empregadas na família



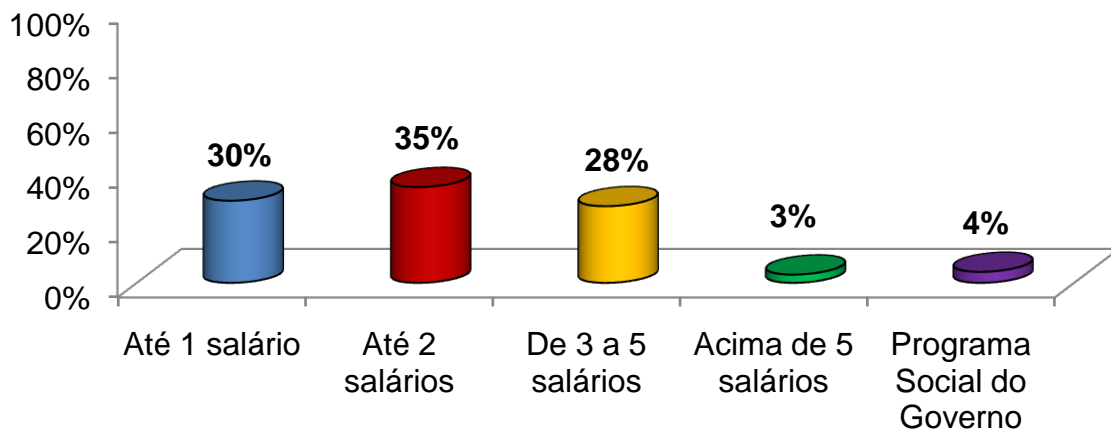
Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Segundo o Censo 2010 o Percentual de empregados com carteira de trabalho assinada, na população de 10 anos ou mais de idade, na Paraíba atingiu a 27,2%. Sendo 923,5 mil pessoas empregadas e 324,7 mil trabalham por conta própria.

Entre 1,48 milhões de paraibanos ocupados, pelo menos 364.000 tinham como principal atividade a agricultura, pecuária e pesca, seguidos pelas indústrias extrativa, de transformação e construção com 225 mil pessoas, enquanto que a atividade comercial ocupou 224 mil pessoas. A administração pública e educação havia 214,6 mil pessoas ocupadas.

A Figura 4.12 estabelece a renda mensal das famílias dos alunos. Com 35% as famílias recebem até dois salários mínimos, 30% ganham até um salário mínimo, 28% recebem de três a cinco salários mínimos, e apenas 3% possuem renda acima de cinco salários mínimos e por fim, 4% são beneficiários dos programas assistenciais do governo, como sabido, corresponde a menos de um salário mínimo, entretanto a pesquisa quis trazer a informação das pessoas que recebem estes programas.

Figura 4.12 Renda mensal familiar



Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Segundo o Censo 2010, de 2000 para 2010, o rendimento médio mensal dos domicílios, apresentou crescimento em todos os estados brasileiros, que variou de 8,7% a 40,1%. A Paraíba ficou com ganho de 33%.

Na Paraíba, as maiores concentrações de rendas estão nos municípios de Cabedelo (R\$ 3.441,05), João Pessoa (R\$ 3.256,03), Campina Grande (R\$

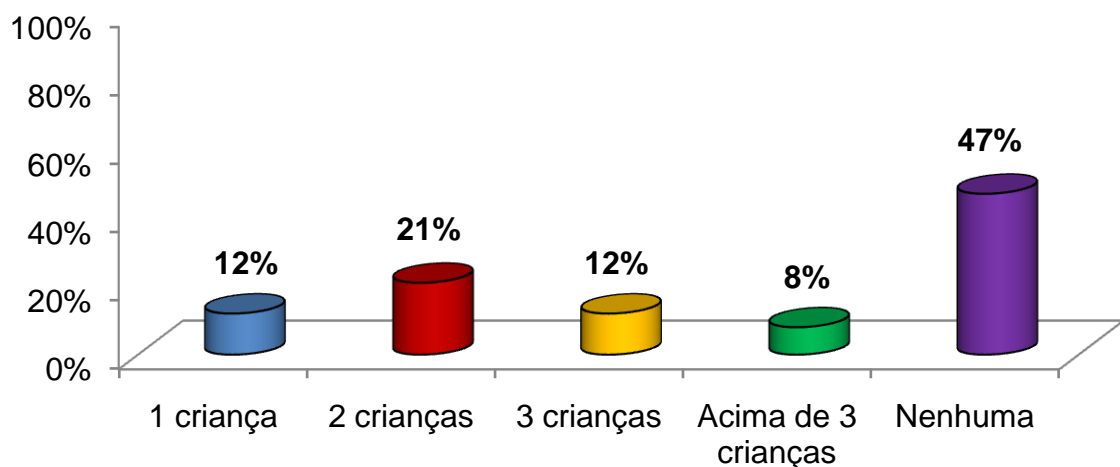
2.168,42) e os menores ficam com São João do Tigre (R\$ 670,64) e Santana de Mangueira (R\$ 651,62).

A parcela sem rendimento ou com rendimento nominal mensal domiciliar per capita até 1/4 do salário mínimo abarcava 23,4% dos domicílios particulares permanentes em 2010. Entre os municípios as maiores parcelas ficaram com Gado Bravo 51% e Santana de Mangueira com 48%, os menores ficaram com João Pessoa (11%) e Campina Grande (13%).

O Valor do Rendimento nominal mensal de todos os trabalhos das pessoas de dez anos ou mais de idade ocupadas com rendimento do trabalho ficou em R\$ 943,75, os salários dos homens com R\$ 998,71 e o das mulheres com R\$ 859,89. Os municípios de Cabedelo (R\$1.681,72), João Pessoa (R\$ 1.565,75) e Campina Grande (R\$ 1.145,15) apresentaram os maiores valores do rendimento nominal mensal.

A Figura 4.13 informa qual o percentual de crianças nessas famílias que frequentam o ambiente escolar. 47% afirmaram que nenhuma criança tem a habitualidade escolar, dentre os motivos estão a não existência de crianças em casa ou em caso contrário, essas ainda não possuem idade escolar. 21% dos alunos informaram que duas crianças da sua família vão à escola. 12% apenas uma criança. E outros 12% declararam que três crianças. E 4% declararam que mais de quatro crianças.

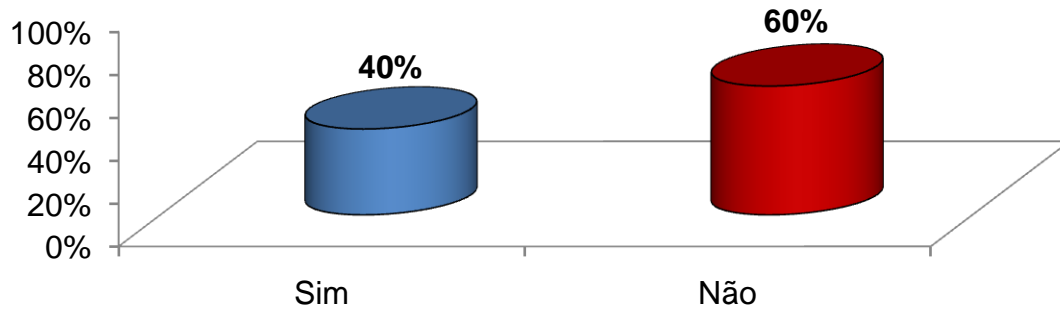
Figura 4.13 Crianças em idade escolar



Fonte: Dados da pesquisa (2013)

A Figura 4.14 traz o estado de saúde das famílias, inclusive da pessoa do entrevistado. Assim, 40% dos membros das famílias encontram-se acometidos de algum tipo de enfermidade e 60% não sofrem de nenhum problema relativo à saúde.

Figura 4.14 Familiar acometido de enfermidade



Fonte: Dados da pesquisa (2013)

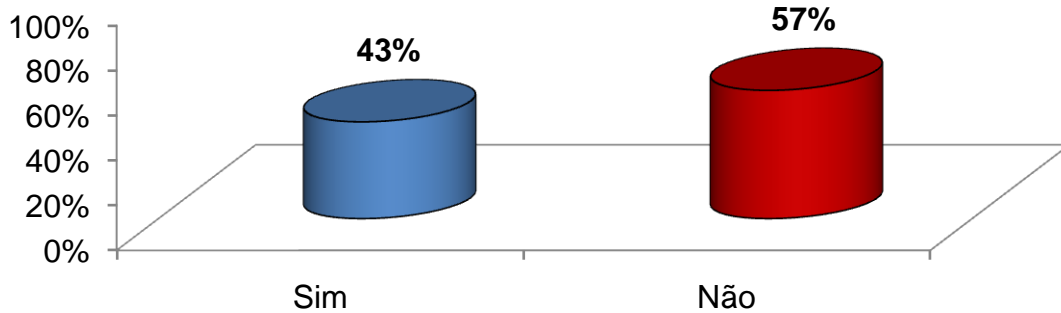
Apesar do índice alto de doenças, o nível de pessoas saudáveis é maior. Bom índice, pois não precisa lotar as filas intermináveis dos hospitais públicos e particulares, a espera de um atendimento ou no postos de saúde da família aguardando medicamentos gratuitos.

No triênio (2010-2013) 77% da população de Campina Grande, que corresponde a 238.523 pessoas, são assistidas pelo PSF (Programa de Saúde da Família), que atualmente conta com 92 equipes. Ano passado, o número de consultas realizadas foi de 236.706, que equivale a uma consulta por habitante, média que supera o parâmetro nacional, que é de 0,79. Também no encaminhamento de pacientes do PSF para especialidades médicas o município de Campina Grande superou em 1,89% o parâmetro nacional, que é de 10%, dados que comprovam a alta resolutividade do PSF. Estes números constam no SIAB (Sistema de Informação da Atenção Básica) do Ministério da Saúde e foram apresentados pela gerência de Atenção Básica do município.

A Figura 4.15 ilustra o percentual de fumantes na família e/ou aluno. E 57% das pessoas não são fumantes, contra 43%.



Figura 4.15 Familiar envolvido com tabagismo



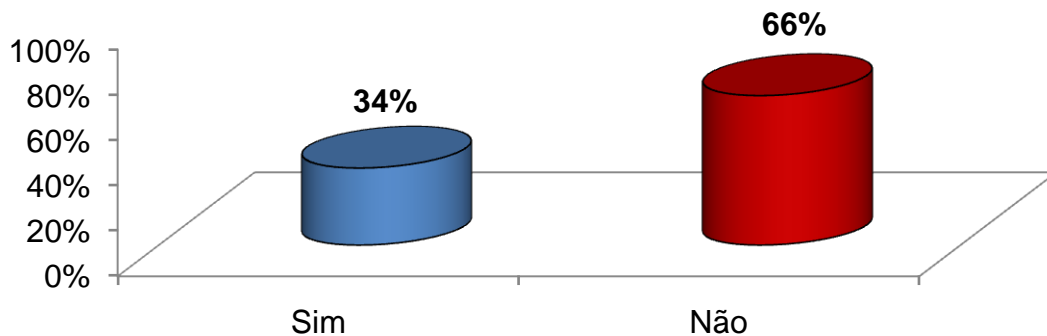
Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Uma pesquisa feita pela Organização Mundial de Saúde (OMS) mostra que aproximadamente um terço da população mundial, a partir de 15 anos, é fumante. No Brasil, calcula-se que corresponda a 35%, ou seja, 38 milhões de pessoas.

O mesmo estudo revela que o desejo de abandonar o fumo cresce com a idade. Na faixa dos 12 aos 17 anos, 5% dos dependentes desejam parar de fumar. Com mais de 35 anos essa intenção é elevada para 20%.

A Figura 4.16 indica que as famílias e/ou o alunos ingerem bebida alcoólica, e 66% das pessoas não consomem e 33% sim.

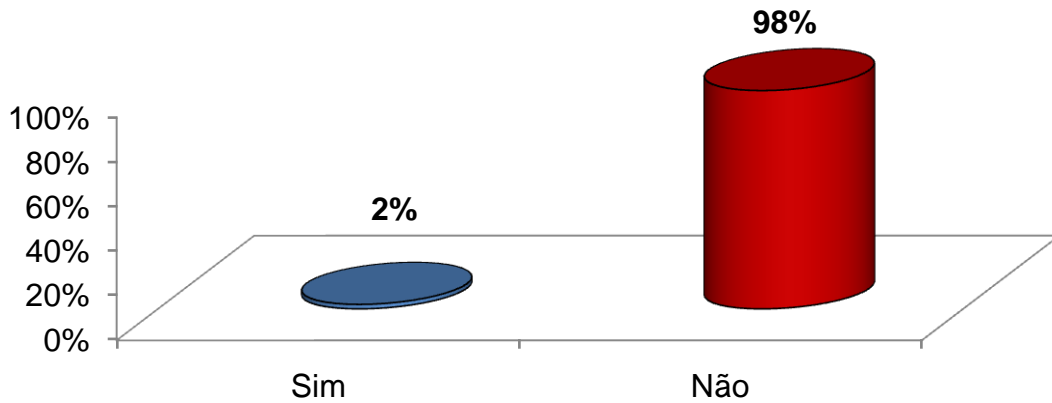
Figura 4.16 Familiar envolvido com alcoolismo



Fonte: Dados da pesquisa (2013)

A Figura 4.17 trata da intenção dos entrevistados de prestarem vestibular para as áreas relacionadas com a química. E apenas 2% deles têm a pretensão de ingressarem na área.

Figura 4.17 Pretensão de ingresso na área de química



Fonte: Dados da pesquisa (2013)

De acordo com a Figura 4.17, pode-se observar que em médio prazo ter-se-á poucas pessoas envolvidas nessa área, podendo ser justificado por falta de incentivo ao estudo da química no ensino de base, bem como a desvalorização salarial, no caso dos licenciados em química.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante todo o exposto no decorrer do presente, muitas conclusões foram formadas acerca do perfil socioeconômico e perspectiva no ingresso do curso de química de alunos da rede pública de Campina Grande - PB.

Constatou-se que na sua maioria são do sexo feminino, solteiros, não utilizam transportes para se deslocar até a instituição de ensino, pois moram próximos a mesma além de apresentar como maior necessidade das famílias e/ou alunos, seria a falta de emprego, o que não poderia ser diferente, haja vista a realidade do desemprego no nordeste.

A maior dificuldade encontrada pelos alunos em relação ao devido aprendizado na matéria de química, é a falta de afinidade, motivo apresentado por 25% dos entrevistados, o que nessa análise é justificável. Entretanto, 24% alegaram que sua dificuldade era a falta de tempo para estudar, o que enseja uma contradição, haja vista que apenas 30% dos alunos trabalham e 90% são solteiros, quando cumulados os fatores de solteirice e não exercer nenhum trabalho, é de se entender que há tempo de estudo sim, o que pode não haver é interesse pela disciplina de química.

Por fim, não menos importante foi estabelecido que apenas 2% dos estudantes noturno da rede pública de ensino estadual de Campina Grande pretendem prestar vestibular para a área de química. Confirmando a média do vestibular da Universidade Estadual da Paraíba já estabelecida em 2014, pois apenas 1,79% das provas prestadas na UEPB são para a área de química, que incluem licenciatura e industrial.

## REFERÊNCIAS

Almeida , Márcia R.; Pinto, Angelo C.. **Uma breve história da química Brasileira** Disponível em: < [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252011000100015&script=Sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252011000100015&script=Sci_arttext)>. Acesso em:23 de jun. 2014.

ARANHA, M.L.de A. **“História da Educação”**. São Paulo, SP: ed. Moderna, 2009.

ARAÚJO, Adriano; SOUSA, Emmanuel. Retalhos Históricos de Campina Grande. **Colégio Estadual da Prata (O Gigantão)**. Disponível em: <<http://cgretalhos.blogspot.com.br/2009/11/colegio-estadual-da-prata-o-gigantao.html#uds-searchresults>>. Acesso em: 13 de maio de 2014.

AVELINO, Wagner Feitosa. Web Artigos. **Provocações Educacionais na Era Vargas**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/educacao-na-era-vargas/92753/>>. Acesso em: 14 de abril 2014.

AZEVEDO, Fernando de et al. **O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)**. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm>>. Acesso em: 24 de maio de 2014.

ClikPB. **PSF de Campina Grande atende a 77% da população e supera metas nacional**. Disponível em: <<http://www.clickpb.com.br/noticias/saude/psf-de-campina-grande-atende-a-77-da-populacao-e-supera-metas-nacionais/>>. Acesso em: 25 de jun. 2014.

CURIA, Luiz Roberto; CÉSPEDES, Livia; NICOLETTI, Juliana. **Vade Mecum**. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Google Maps. **EEEFM Campina Grande**. Disponível em: <<https://mapsengine.google.com/map/edit?mid=zqTNHUaCZu0g.k16ZQy60AEIA>>. Acesso em: 25 de jun. 2014.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Thompson, 2005.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010 - Família e Domicílio**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000010435610212012563616217748.pdf>>. Acesso em: 24 de jun. de 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Domicílios particulares permanentes - Comparação entre os municípios da Paraíba**. Disponível em: <<http://www>>.

idades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&coduf=25&idtema=94&codv=V61&order=dado&dir=desc&lista=uf&custom=>. Acesso em: 25 de jun. 2014.  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Campina Grande - Paraíba**. Disponível em: <<http://idades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250400&search=paraiba|campina-grande|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: 30 de maio de 2014.

JeftNews. **Perfil da População Paraibana**. Disponível em: <<http://jeftenews.blogspot.com.br/2012/04/ibge-divulga-novos-numeros-do-censo.html>>. Acesso em 25 de jun. 2014.

Mello, 1. O. de A. e Nóbrega, E. (org.) (1998). **Sociedade, Cultura e Governo da Paraíba do Tempo Presente**, in: *História da Paraíba em fascículos*.

MELLO, José Baptista de. **Evolução do Ensino na Paraíba**. 2ª ed. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1956.

PEREIRA, Lílian Alves; FELIPE, Delton Aparecido; FRANÇA, Fabiane Freire. **Origem da escola pública brasileira: a formação do novo homem**. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada7/\\_GT3%20PDF/ORIGEM%20DA%20ESCOLA%20P%20DABLICA%20BRASILEIRA.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT3%20PDF/ORIGEM%20DA%20ESCOLA%20P%20DABLICA%20BRASILEIRA.pdf)>. Acesso em: 12 de abril de 2014.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

Portal MEC. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejalei9394.pdf>>. Acesso em 24 de jun. de 2014.

RAMOS, Fábio Pestana. **A Educação no Brasil Império**. Disponível em: <http://fabiopestanaramos.blogspot.com.br/2011/02/educacao-no-brasi-imperio.html>> Acesso em: 12 de abril de 2014.

SANTOS, Jean; OLIVEIRA, Syham. **A escola pública de ensino médio no nordeste brasileiro e a perspectiva da construção da escola pública popular**. Disponível em: <<http://www.catedraunescoej.org/GT02/COM/COM007.pdf>>. Acesso em: 12 de abril de 2014.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “breve século XIX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V.T. **O legado educacional do século XIX**. Campinas: Autores Associados, 2006.

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da escola primária. In: SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SOUZA, Rosa Fátima de. Templos de civilização. **A implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

Universidade Estadual da Paraíba. **Vestibular 2014 - Concorrência por Cota/Curso**. Disponível em: <<http://comvest.uepb.edu.br/concursos/vestibulares/vest2014/concorrencia2014.pdf>>. Acesso em: 18 jun. de 2014.

Universidade Federal de Campina Grande. **Programa da UFCG vai oferecer tratamento gratuito para quem quer parar de fumar**. Disponível em: <[http://www.ufcg.edu.br/prt\\_ufcg/assessoria\\_imprensa/mostra\\_noticia.php?codigo=6992](http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=6992)>. Acesso em: 25 de jun. 2014.

VALDEMARIN, Vera Tereza. Os sentidos e a experiência: professores, alunos e métodos de ensino. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves (org.). Grupos escolares. **Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves. Culturas escolares. **Estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, no final do século XIX)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

Wikipédia. **História da Educação no Brasil**. <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria\\_da\\_educac%C3%A7%C3%A3o\\_no\\_Brasil](http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_educac%C3%A7%C3%A3o_no_Brasil)>. Acesso em: 12 de abril de 2014.

WSCOMONLINE. **Rendimento Mensal dos Paraibanos**. Disponível em: <<http://www.paraiba.com.br/2011/11/16/08012-ibge-metade-dos-paraibanosrecebiam-menos-que-salario-minimo-em-2010-renda-media-e-de-r-41200>>. Acesso em: 25 de jun. 2014.

**APÊNDICE A - Questionário****PERFIL SOCIOECONÔMICO E PERSPECTIVA NO INGRESSO DO CURSO DE QUÍMICA DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE CAMPINA GRANDE-PB**

Pesquisa coordenada por:

**Profa.:** Helionalda Costa Silva.

**Graduando:** Yuri José dos Santos Nascimento.

01. Sexo

Feminino       Masculino

02. Idade

Até 17 anos

De 18 a 20 anos

Igual ou acima de 21 anos

03. Estado Civil

Solteiro(a)       Casado(a)       Divorciado(a)       Viúvo(a)

04. Você trabalha

Sim       Não

05. Qual a forma de transporte você utiliza para ir à Escola?

Veículo Próprio       Ônibus Escolar

Ônibus Coletivo       Caminhando

06. Dificuldades encontradas pelos alunos na disciplina de Química.

Pouco tempo da aula

Pouco tempo para estudar

Ter que trabalhar

Não gosta da disciplina

Outros \_\_\_\_\_

07. Qual a maior necessidade de sua família hoje?

Emprego

Alimentação

Saúde

Material Escolar

Outros \_\_\_\_\_

08. Quantas pessoas compõem a sua família?

2 pessoas

3 pessoas

4 pessoas

Acima de 4 pessoas

09. Quem é o principal responsável pelo sustento da família?

- O(a) próprio(a)  
 Esposo(a)  
 Pai  
 Mãe  
 Outros \_\_\_\_\_

10. Qual é o tipo de residência de sua família?

- Própria  
 Alugada  
 Emprestada

11. Quantas pessoas hoje estão empregadas em sua família?

- 1 pessoa  
 2 pessoas  
 Acima de 2 pessoas  
 Nenhuma

12. Qual é a renda mensal média de sua família hoje?

- Até 1 salário mínimo  
 Até 2 salários mínimos  
 De 3 a 5 salários mínimos  
 Acima de 5 salários mínimos  
 Recebe ajuda Programa Social do Governo

13. Quantas crianças estão estudando em sua casa?

- 1 criança                       2 crianças  
 3 crianças                       Acima de 3 crianças  
 Nenhuma

14. Alguém de sua família está doente?

- Sim                       Não

15. Alguém fuma em sua família?

- Sim     Não

16. Têm algum familiar envolvido com o Alcoolismo?

- Sim     Não

17. Pretende realizar vestibular em alguma área relacionada com a Química?

- Sim     Não



## ANEXO A - Lista das Escolas Estaduais de Campina Grande

Município: CAMPINA GRANDE

Ordem	Código da escola	Nome da Escola	Dependência Administrativa	Categoria da escola privada	Conveniada com o Poder Público	Situação de Funcionamento	Localização	Situação do Censo	Número de Alunos	Número de Docentes	Número de Auxiliares/assistentes educacionais	Número de profissionais/monitores de atividade complementar	Número de tradutores intérpretes de Libras
1	25072200	EEEF AUGUSTO DOS ANJOS	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	196	11	0	2	0
2	25075400	EEEFM PROF ANTONIO OLIVEIRA	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	632	45	0	0	0
3	25123000	CENTRO DE EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	1781	51	1	0	0
4	25070703	CAIC JOSE JOFILLY	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	504	33	0	0	0
5	25071394	EEEFM MONSENHOR SALES	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	465	23	0	6	0
6	25071939	ESC EST AUDIO COMUNICACAO DE C GRANDE	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	179	23	0	0	0
7	25072005	EEEFM ADEMAR VELOSO SILVEIRA	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	1006	52	0	6	0
8	25072013	ESCOLA ESTADUAL DE ENIS FUND E MED PROF RAUL CORDULA	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	1892	74	0	5	0
9	25072021	EEEFM SEN ARGEIRO DE FIGUEIREDO	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	1413	71	0	6	0
10	25072030	EEEFM NENZINHA CUNHA LIMA	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	827	53	0	6	0
11	25072048	EEEF JOSE DOROTEIA DUTRA	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	RURAL	FECHADA	195	9	0	0	0
12	25072056	EEEFM POETA CARLOS DRUMOND DE ANDRADE	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	514	26	0	0	0
13	25072064	EEEF MARIA AUGUSTA LUCENA BRITO	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	RURAL	FECHADA	175	21	0	0	0
14	25072080	EEEF NINA ALVES DE LIMA	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	475	32	2	5	0
15	25072089	ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO ASSIS CHATEAUBRIAND	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	1350	63	0	6	0
16	25072102	EEEFM DEP ALVARO GAUDENCIO DE QUEIROZ	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	712	33	0	0	0
17	25072110	EEEFM FELIX ARAUJO	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	1733	66	0	5	0
18	25072120	E E F M SAO SEBASTIAO	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	943	44	0	6	0
19	25072137	EEEFM PROF ANESIO LEO	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	1151	45	0	0	0
20	25072145	EEEFM DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	629	33	0	6	0
21	25072153	ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO SEVERINO CABRAL	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	485	28	0	0	0
22	25072161	EEEF NSA DO ROSARIO	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	703	29	0	6	0
23	25072196	EEEF ANTONIO VICENTE	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	513	23	0	0	0
24	25072218	ESC EST ENS FUND E MEDIO CLEMENTINO PROCOPIO	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	999	41	0	5	0
25	25072226	ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DE APLICACAO	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	910	44	0	3	0

Ordem	Código da escola	Nome da Escola	Dependência Administrativa	Categoria da escola privada	Convênada com o Poder Público	Situação de Funcionamento	Localização	Situação do Censo	Número de Alunos	Número de Docentes	Número de Auxiliares/assistentes educacionais	Número de profissionais/monitores de atividade complementar	Número de tradutores/ intérpretes de Libras
26	25072234	EEEF DE MONTE SANTO	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	582	20	0	1	0
27	25072242	EEEF JOSE PINHEIRO	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	760	35	0	0	0
28	25072277	EEEFM MONTE CARMELO CEPES CGI	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	1088	74	0	2	0
29	25072285	ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MURILO BRAGA	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	742	35	0	7	0
30	25072293	EEEF NOSSA SENHORA APARECIDA	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	499	21	0	6	0
31	25072307	EEEFM SOLON DE LUCENA	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	901	46	0	9	0
32	25072315	EEEF SANTO ANTONIO	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	420	15	0	0	0
33	25072340	EEEF ALCEU DO AMOROSO LIMA	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	1032	50	0	6	0
34	25072366	EEEF FAZENDA VELHA	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	RURAL	FECHADA	64	3	0	0	0
35	25072374	EEEF MA EMILIA O DE ALMEIDA	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	421	24	0	5	0
36	25072382	EEEF NELY DE LIMA E MELO	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	RURAL	FECHADA	29	2	0	0	0
37	25072404	EEEFM RUBENS DUTRA II	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	RURAL	FECHADA	354	21	0	4	0
38	25072412	EEEFM ESCRITOR VIRGINIUS DA GAMA E MELO	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	1065	45	0	5	0
39	25072420	EEEM DR ELPIDIO DE ALMEIDA	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	1277	91	0	0	0
40	25072439	EEEFM DR HORTENSIO DE SOUSA RIBEIRO	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	577	44	0	0	0
41	25072692	ESC NORMAL EST PE EMIDIO VIANA CORREIA	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	459	42	0	0	0
42	25076132	EEEF JOAQUINA CABRAL	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	RURAL	FECHADA	74	9	0	0	0
43	25076345	EEEF CREUZA RODRIGUES CAVALCANTE	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	RURAL	FECHADA	56	7	0	0	0
44	25076582	EEEFM IRMA JOAQUINA SAMPINO	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	693	39	0	6	0
45	25076590	EEEFM JOSE MIGUEL LEAO	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	1304	69	0	7	0
46	25111345	EEEF AROLDO CRUZ FILHO	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	135	8	0	0	0
47	25114034	EEEF DOM HELDER CAMARA	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	604	29	0	6	0
48	25114433	EEEF SENADOR HUMBERTO LUCENA	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	644	35	0	7	0
49	25114800	EEEF PROF ITAN PEREIRA	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	990	45	0	6	0
50	25117450	EEEFM PREFEITO WILLIAMS DE SOUSA ARRUDA	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	310	22	0	6	0
51	25117688	EEEF IRMA STEFANIE	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	634	32	0	4	0
52	25117858	EEEF REITOR EDVALDO DO O	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	435	26	0	6	0
53	25117866	EEEF POETISA VICENTINA FIGUEIREDO VITAL DO REGO	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	470	21	0	5	0
54	25120670	EEEFM MAIOR VENEZIANO VITAL DO REGO	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	1539	69	0	18	0
55	25123990	ESCOLA WALNYZA BORBOREMA CUNHA	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	RURAL	FECHADA	436	24	0	4	0
56	25151401	EEEFM ANTONIO GUEDES DE ANDRADE	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	RURAL	FECHADA	279	25	0	4	0
57	25152815	EEEFM ISABEL RODRIGUES DE MELO	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	RURAL	FECHADA	340	23	0	14	0
58	25251945	EEEF ZULEIDE CAVALCANTE PORTO	ESTADUAL			EM ATIVIDADE	URBANA	FECHADA	234	15	0	6	0

Fonte: Secretaria de Educação Estadual 3ª Região de Ensino